



COMO SERÁ O
AMANHÃ?

13º ENCONTRO DE DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIA E CULTURAL



MODELO ROXO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Quem está opinando sobre políticas de alimentação e nutrição na Folha de S. Paulo? Um experimento com a base de dados do PAnaM

Maria Luiza Jansen e Silva¹

A cobertura jornalística é determinante na implementação de políticas públicas (Rowbotham et al. 2019; Hilton, 2022), por meio de estratégias como *agenda setting*, enquadramento, *priming* e táticas de persuasão (Even et al. 2024). No caso das políticas públicas de alimentação e nutrição, isso é essencial — uma vez que a cobertura jornalística é decisiva sobre aquilo que está no prato. Pensando nisso, o projeto de pesquisa PAnaM (Políticas de Alimentação na Mídia) propõe uma análise da cobertura jornalística sobre políticas públicas de alimentação e nutrição em quatro países ao longo de dez anos – de 2015 a 2025.

Sou bolsista no projeto desde setembro de 2025 e participei das etapas de definição da amostra de países e veículos, seleção de palavras-chave e extração de dados. Nossos próximos passos são a limpeza e tratamento dessa – imensa – base de dados (que já ultrapassou 70 mil matérias). Mas, mesmo com os dados brutos, fiz algumas primeiras experimentações com uma base de dados menor, segmentando esse arquivo em um recorte específico: as matérias da editoria de Opinião do veículo Folha de S. Paulo.

Marques de Melo (1985) considera que o jornalista flutua entre o “dever de informar” e o “poder de opinar”. O autor opõe essas duas naturezas do jornalismo em sua proposta de dois gêneros jornalísticos: informativo e opinativo — em um, a reprodução, e no outro, a interpretação. Nesse sentido, as matérias opinativas propõem uma direção ideológica para os fatos, interpretando os acontecimentos.

Na Folha de S. Paulo, não são apenas jornalistas que opinam, mas diferentes atores sociais assinam textos de opinião que, segundo o veículo, “expressam as ideias do autor e defendem sua interpretação dos fatos”. Com isso, me interessa saber quem são esses autores externos e de que forma influenciam o debate público e como, a partir de sua posição de autoridade legitimada pela imprensa, selecionam os temas relevantes em circulação na imprensa.

Para isso, apliquei a Análise de Conteúdo de Bardin (2018) e Hilton et al (2019). Com o filtro por editoria aplicado no arquivo da Folha de S. Paulo, restaram 212 matérias. A partir dessa base, considerei como critério de inclusão a menção de pelo menos uma política pública vinculada aos objetivos cobertos pelo PAnaM: (1) tributação de alimentos ultraprocessados, (2) rotulagem nutricional, (3) restrição à publicidade de alimentos, (4) programas de alimentação escolar e (5) restrição a

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: m243685@dac.unicamp.br



agrotóxicos e fertilizantes. Com isso feito, 76 matérias foram incluídas no corpus final.

O primeiro movimento de análise foi elaborar um *codebook* que questiona quem opina e a qual grupo social pertence, o que gerou 92 autores de 83 instituições. Depois, fiz uma segunda etapa de codificação qualitativa, identificando se o autor se posiciona a favor ou contra a(s) política(s) pública(s) e sua opinião acerca de sua eficácia. Além disso, foram extraídos título, URL, ano de publicação e políticas públicas mencionadas.

Nesse processo, identifiquei 10 grupos de atores sociais. O grupo vinculado a ONGs e instituições de caridade foi o mais expressivo, compondo 22% dos textos – dado que me surpreendeu, e demonstra a forte articulação das organizações não-governamentais junto a imprensa. Em seguida, acadêmicos, governo e mídia (o que inclui os editoriais) representaram 14% cada. Os autores vinculados à indústria e ao agronegócio representaram apenas 9% do total. Apesar disso, não se pode deixar de apontar o desserviço ao interesse público ao conceder espaço para figuras como o presidente da Abir² para opinar sobre a taxação de bebidas açucaradas ou o diretor-executivo da Abag³ para publicar um texto a respeito da aprovação da lei dos agrotóxicos. Mas a Folha parece estar no caminho certo: 81,5% dos autores se posicionam a favor das políticas públicas de alimentação e nutrição. 15,7% se posicionaram contra as regulações e 2,63% não tomaram partido.

Ademais, foi extraída qualitativamente a tomada de posição dos autores em relação à eficácia dessas políticas públicas, para determinar se consideram as políticas (1) insuficientes e/ou ineficazes; (2) ausentes e/ou nocivas; (3) suficientes e/ou eficazes; e (4) excessivas e/ou desnecessárias. Considerando a função social da mídia de fiscalizar e cobrar o poder público, parece apropriado que 69,74% dos textos considerem que as políticas atuais estejam nos dois primeiros grupos. 18,42% dos textos consideram as políticas atuais suficientes e/ou eficazes e 11,84% consideram as políticas excessivas ou desnecessárias.

Essa primeira experiência com a análise dos dados extraídos pelo PAnaM rendeu várias ideias e abre margem para muitas possibilidades de análise. Com isso posto, esse trabalho inicial de análise de conteúdo da editoria de opinião da Folha de S. Paulo foi um exercício muito interessante e frutífero para que eu pudesse começar a me familiarizar com o arquivo construído pelo PAnaM e começar a mergulhar no ambiente midiático brasileiro e sua cobertura de políticas públicas de alimentação e nutrição.

Palavras-chave: jornalismo opinativo; políticas públicas; alimentação e nutrição; alimentos ultraprocessados; folha de s. paulo

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977

² Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas.

³ Associação Brasileira do Agronegócio.



COMO SERÁ O
AMANHÃ?

13º ENCONTRO DE DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIA E CULTURAL



HILTON et al. Following in the footsteps of tobacco and alcohol? Stakeholder discourse in UK newspaper coverage of the Soft Drinks Industry Levy. Public Health Nutr, 2019.

MARQUES DE MELO, José (Org.). A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 985.